

## Desafios e potencialidades da adoção na perspectiva de profissionais do acolhimento institucional

Patrícia Helena Pereira Dias\*

Isabela Cristina Abilio Bonisenha\*\*

Mayara Colleti\*\*\*

Fabio Scorsolini-Comin\*\*\*\*

### Resumo

Este estudo qualitativo teve como objetivo compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de acolhimento institucional. Foram entrevistadas sete técnicas de serviço de acolhimento institucional (quatro psicólogas e três assistentes sociais). O *corpus* foi submetido à análise temático-reflexiva. Com relação às perspectivas das participantes sobre os desafios e potencialidades no processo de adoção, foram mencionadas a adoção de crianças com mais de dois anos de idade, com alguma deficiência e a de grupos de irmãos, sendo fundamental o investimento na preparação dos postulantes, além do desafio da pós-adoção, incluindo a possibilidade de retorno ao sistema de acolhimento. As profissionais destacaram a importância da sensibilidade e autonomia técnica, reconhecendo a singularidade de cada caso e a complexidade das histórias de vida das crianças institucionalizadas. Nesse sentido, valorizar a voz da criança nesse processo é uma recomendação que atravessa o fazer desses profissionais.

**Palavras-chave:** Criança e adolescente; adoção; acolhimento institucional; psicólogo judiciário; assistente social.

\* Especialização em Psicopedagogia pela Universidade de Ribeirão Preto, UNAERP, Brasil.  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7121-3406>  
E-mail: [patdiasnina@yahoo.com.br](mailto:patdiasnina@yahoo.com.br)

\*\* Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Brasil.  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9082-1551>  
E-mail: [abilioisabela@gmail.com](mailto:abilioisabela@gmail.com)

\*\*\* Mestra em Psicologia pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá, Brasil.  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0522-7431>  
E-mail: [mayara.colleti@gmail.com](mailto:mayara.colleti@gmail.com)

\*\*\*\* Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Professor da Universidade de São Paulo, USP.  
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6281-3371>  
E-mail: [fabioscorsolini@gmail.com](mailto:fabioscorsolini@gmail.com)

## Challenges and potentialities of adoption from the perspective of institutional care professionals

### Abstract

This qualitative study aimed to understand the preparation process for the adoption of children/adolescents from the perspective of professionals on the institutional care team. Seven professionals from institutional care services (four psychologists and three social workers) were interviewed. The corpus was subjected to thematic-reflexive analysis. Regarding the participants' perspectives on the challenges and potentialities in the adoption process, the adoption of older children, children with disabilities, and sibling groups were mentioned, highlighting the importance of investing in the preparation of prospective adoptive parents, in addition to the post-adoption challenge, including the possibility of returning to the care system. The professionals emphasized the importance of sensitivity and technical autonomy, recognizing the uniqueness of each case and the complexity of the life stories of institutionalized children. In this regard, valuing the voice of the child in this process is a recommendation that permeates the work of these professionals.

**Keywords:** Child and adolescent; adoption; institutional care; judicial psychologist; social worker.

### Introdução

O olhar para a criança e adolescente enquanto sujeito de direitos é uma conquista bastante recente na história brasileira, tendo como seu marco a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, em 1990 (Brasil, 1990; Santos; Cecilio; Scorsolini-Comin, 2021). Em 2009, foi sancionada a lei 12.010, que trata sobre a colocação da criança ou adolescente em família substituta, nos casos excepcionais em que não há a possibilidade de continuidade na família natural (Brasil, 2009). Para Souza; Brito; Monteiro (2021), tal lei acabou por manter a prioridade de reunir crianças e adolescentes com suas famílias de origem, enfatizando a importância de manter os laços familiares sempre que possível, em vez de recorrer à adoção como a primeira opção.

Posteriormente, foi criada a lei 13.509, de 22 de novembro de 2017 (Brasil, 2017), que vem como alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Esta lei muda o tempo de reavaliação dos casos de crianças em instituições de acolhimento para no máximo três meses e o tempo de permanência em acolhimento passa ser de até 18 meses. A busca pela família extensa continua tendo prioridade em caso de destituição

do poder familiar, passando a ter um prazo de busca de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Os Serviços de Acolhimentos Institucionais, contextos foco deste estudo, são destinados a acolher crianças e adolescentes em situações de risco, devido a violações de direitos ou falta de proteção por suas famílias, visando o retorno seguro ao convívio familiar sempre que possível, priorizando a família de origem ou, em casos excepcionais, uma família substituta, via adoção. O foco é preservar e fortalecer os laços familiares e comunitários, atendendo a um pequeno grupo e proporcionando espaços para guardar pertences e registros importantes da vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente (Brasil, 2020). No Acolhimento, as crianças e adolescentes estabelecem suas relações e interações, exigindo muita reflexão e prática por parte dos profissionais atuantes nestas instituições. Nesse sentido, torna-se essencial observar, avaliar e compreender as instituições e seus agentes, para assegurar o cuidado e a proteção dessas crianças em situação de vulnerabilidade (Lima, 2018).

Parte desses agentes dos serviços de acolhimento é a chamada equipe técnica, formada minimamente por um Psicólogo e um Assistente Social. Esses profissionais exercem trabalho crucial para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos. As atribuições desses profissionais são de buscar e manter, sempre que possível, o convívio familiar dos acolhidos, seja a família nuclear ou extensa, corroborando para que a colocação em família substituta, em casos excepcionais, como determina a lei (Brasil, 2009; Cecílio; Scorsolini-Comin, 2018). O trabalho do técnico sempre deve priorizar o não afastamento ou a reintegração familiar. O técnico deve empenhar todos os esforços e recursos disponíveis para que a permanência da criança ou adolescente na instituição seja o menor possível e não ultrapasse o tempo máximo de 18 meses determinado pelo ECA e, em nenhuma hipótese, deve tomar posição de desistência pela busca por garantir para a criança ou adolescente o direito à convivência familiar, prioritariamente a de origem e, excepcionalmente, substituta (Brasil, 2009).

Os profissionais que atuam nos acolhimentos institucionais devem considerar com atenção as subjetividades das crianças e/ou adolescentes, com vistas a promover relações mais saudáveis e significativas, nas quais a criança tenha voz e participação ativa na construção de sua nova família (Paula; Battistelli; Cruz, 2022; Rocha; Hueb; Scorsolini-Comin, 2020). Dessa forma, deve-se questionar sempre se o processo de adoção, de fato, foca no bem-estar da criança e considera suas especificidades. Frente a esse panorama, o objetivo deste estudo foi compreender o processo de preparação para adoção de crianças/adolescentes na perspectiva de profissionais da equipe técnica de aco-

lhimento institucional. Adicionalmente, buscou-se verificar os recursos, instrumentos e estratégias utilizados por esses profissionais na preparação de crianças/adolescentes para a adoção, bem como conhecer os desafios e as potencialidades encontrados nesse processo.

## Método

Trata-se de um estudo descritivo, de corte transversal, amparado na abordagem qualitativa de pesquisa por meio da lista de verificação do protocolo COREQ (*Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research*). Em termos éticos, este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem das autoras (CAAE nº 69647423.5.0000.5378 e parecer 6.105.076), tendo por norte as orientações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Os participantes deste estudo foram escolhidos por critérios de conveniência, sendo contatados a partir das redes pessoais de contato das pesquisadoras e por meio da técnica de “bola de neve”, em que participantes incluídas ou relacionadas com as pesquisadoras indicaram/sugeriram outros eventuais participantes. Foram convidadas a participar técnicos, psicólogos e assistentes sociais que trabalharam ou trabalham em serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e que já atuaram em ao menos um processo de preparação para adoção.

As participantes responderam a um formulário de dados sociodemográficos para caracterização da amostra e a um roteiro de entrevista semiestruturado elaborado pelos pesquisadores para este estudo. Antes de iniciar a coleta de dados foi explicado a cada participante, de forma detalhada, a natureza e os objetivos do estudo, solicitando que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A aplicação dos instrumentos foi audiogravada mediante o consentimento das participantes e os registros foram transcritos na íntegra para posterior análise. Tais registros compuseram o *corpus* analítico, que foi submetido à análise temática, permitindo a produção de temas que foram interpretados pela literatura disponível sobre o tema.

## Resultados

Participaram do estudo sete técnicas de serviço de acolhimento institucional, sendo quatro psicólogas e três assistentes sociais, conforme Tabela 1. Além disso, na mesma tabela, são trazidas informações sobre como essas profissionais se inseriram na área de acolhimento institucional.

**Tabela 1** - Caracterização das participantes.

| Nome Fictício | Idade | Profissão         | Tempo de formação | Local de atuação      | Tempo de atuação no Acolhimento Institucional | Inserção no Acolhimento institucional                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------|-------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Larissa       | 36    | Psicóloga         | 13 anos           | Interior de São Paulo | 3 anos                                        | Ingressou no serviço de acolhimento por meio de um pedido de transferência. Inicialmente não tinha planejado seguir essa área, pois seu interesse estava voltado para as áreas da psicologia hospitalar e clínica.                                           |
| Vanessa       | 48    | Assistente Social | 6 anos            | Interior de São Paulo | 1 ano                                         | Tinha interesse em atuar em outro equipamento. No entanto, sua perspectiva mudou quando teve a oportunidade de inserção neste serviço, sendo significada como uma prática desafiadora, mas valiosa para sua carreira.                                        |
| Jade          | 35    | Assistente Social | 13 anos           | Interior de São Paulo | 5 anos                                        | Ingressou no serviço público municipal por meio de um concurso. Solicitou a transferência para o serviço, sem imaginar os desafios que enfrentaria.                                                                                                          |
| Paula         | 32    | Assistente Social | 13 anos           | Interior de São Paulo | 9 anos                                        | Inicialmente não planejou sua carreira nesta área. No entanto, em seu segundo vínculo profissional, após passar em um concurso, foi designada diretamente para o serviço de acolhimento. Revela-se satisfeita com a atuação nesse campo.                     |
| Monique       | 45    | Psicóloga         | 19 anos           | Interior de São Paulo | 8 anos                                        | A entrada na área de assistência social não foi planejada, mas ocorreu devido à aprovação em um concurso público. Sua carreira na assistência social aconteceu de forma não planejada, porém, ela se adaptou e se desenvolveu nesse campo ao longo do tempo. |

(continua)

(continuação)

| Nome Fictício | Idade | Profissão | Tempo de formação | Local de atuação               | Tempo de atuação no Acolhimento Institucional | Inserção no Acolhimento institucional                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------------|-------|-----------|-------------------|--------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Valentina     | 50    | Psicóloga | 15 anos           | Próxima à Capital de São Paulo | 8 anos                                        | Inicialmente, não tinha a intenção de atuar na área, mas descobriu seu interesse por volta de 2015. Buscou compreender melhor o serviço de acolhimento e se apropriar do assunto. Após adquirir um entendimento mais profundo da área, aceitou uma proposta de trabalho nesse campo. |
| Daiana        | 43    | Psicóloga | 6 anos            | Município do Estado do Pará    | 6 anos                                        | Na graduação, participou de uma pesquisa sobre crianças em situação de vulnerabilidade social em serviços de acolhimento. Desenvolveu seu mestrado e doutorado nessa área. Ao realizar um concurso, decidiu aplicar seu conhecimento no acolhimento institucional.                   |

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A seguir, na seção de Discussão, será apresentada a análise temática construída por meio dos dados das entrevistas com as profissionais. Cada um dos temas será discutido com base na literatura científica corrente.

## Discussão

### *Desafios e potencialidades do processo de preparação para adoção*

As adoções de crianças com mais de dois anos e ou de adolescentes, também conhecidas como “tardias”, foram destacadas como mais desafiadoras devido às expectativas dos adotantes e às resistências das crianças/adolescentes. As participantes relataram que muitos casais apresentam como motivação para adoção a caridade e/ou uma idealização dos filhos, o que pode levar a expectativas elevadas em relação à criança adotada. Essas expectativas podem sobrecarregar a criança e tornar a adaptação ainda mais difícil.

A psicóloga Valentina enfatizou a importância de os pais adotivos desejarem ser “pais de verdade”, ao invés de agirem por caridade. Destacou que crianças adotadas não devem ser cobradas ou pressionadas para corresponderem a idealizações dos pais e que estes devem estar dispostos a se adaptar às necessidades das crianças, incluindo aquelas com deficiências, em consonância com a literatura científica (Borges; Scorsolini-Comin, 2020).

Em relação à adoção de crianças com mais de dois anos e adolescentes, diversos estudos têm como foco a compreensão das expectativas e principais motivações dos adotantes. Sampaio e Magalhães (2020) destacaram, em seu estudo, o fato de a maioria das crianças em acolhimento serem mais velhas e, em contraponto, a maioria dos pretendentes terem preferência por bebês. Foi constatado que as motivações para adoção mais recorrentes foram o desejo de viver a parentalidade, contrapondo estudos que trazem que a infertilidade é o motivo mais recorrente.

As psicólogas Monique e Valentina destacaram, ainda, o fato de que, por serem maiores, as crianças/adolescentes podem apresentar resistências em relação à adoção, expressando, por vezes, o desejo de retornar para o convívio da família ou ficar na instituição. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar que existem mitos e preconceitos relacionados a crianças com mais de dois anos que são adotadas. Estudos enfatizam que a ideia de que essas crianças já têm personalidades totalmente formadas e não podem se adaptar a novos pais é um equívoco, como evidenciado pela análise de casos reais. Portanto, destaca-se a importância de estabelecer laços afetivos com os novos pais ou cuidadores na vida de uma criança ou adolescente (Barros; Ribeiro; Souza, 2021).

Os relatos destacaram também como um dos desafios do processo de preparação para adoção o impacto das relações entre irmãos no contexto da adoção tardia. A Assis-tente Social Jade falou de um caso de duas irmãs:

*Chegaram bem novinhas no Acolhimento, ficaram por bastante tempo acolhidas e criaram vínculo com o ambiente e educadoras, além de terem um vínculo muito forte entre si. Quando esgotaram as tentativas com a família extensa, uma das meninas queria ser adotada e a outra não, o que gerou muito sofrimento para ambas e também para a equipe.*

Sobre o desafio da adoção de irmãos, Sousa (2018) aponta que, no Brasil, a maioria das famílias interessadas em adoção prefere crianças saudáveis, sem irmãos e com idades entre 0 e dois anos, conhecido como o “perfil clássico”. No entanto, observa-se uma mudança nas práticas de algumas varas da infância e juventude do país, devido ao aumento no acolhimento de crianças com mais de dois anos, com sérios problemas de

saúde e grupos de irmãos. Isso ocorre porque o sistema judicial está permitindo que novas famílias adotivas com perfis mais flexíveis adotem, resultando em adoções diversas ocorrendo com maior frequência e em prazos mais curtos (Borges; Scorsolini-Comin, 2020).

No que diz respeito às mães consanguíneas, surgem complexidades adicionais. A psicóloga Monique aponta que os vínculos emocionais entre as mães e seus filhos podem persistir, mesmo em circunstâncias difíceis, tornando desafiador determinar a falta de condições para a guarda. A psicóloga Valentina trouxe a preocupação sobre a relevância das decisões judiciais, especialmente em casos complexos que envolvem abuso, adoção irregular ou processos criminais, enfatizando que o equilíbrio entre o desejo da criança de permanecer com a família consanguínea e a necessidade de garantir seu bem-estar é uma tarefa delicada.

Em relação tempo de convivência entre criança e os pretendentes à adoção, todas as técnicas de acolhimento entrevistadas compartilharam da opinião de que não há um tempo padrão que funcione para todos os casos, pois existem diversos fatores que influenciam esse quesito, como: nível de vínculo da criança com a família de origem e se ela já consegue elaborar o luto por essa família e o nível de preparação também dos adotantes. Além disso, questões judiciais podem estar envolvidas a depender do caso. E isso foi confirmado na fala de uma das entrevistadas, a Psicóloga Larissa: *“Não tem tempo determinado. O acolhimento acompanha tanto a família quanto a criança/adolescente, avaliando se os pretendentes estão bem-preparados e se a criança recebe de forma satisfatória”*.

A Psicóloga Monique afirmou que o tempo que essa fase da adoção, convivência, pode levar é bastante relativo, visto que é preciso avaliar como a criança irá se vincular com essa nova família: *“Já tivemos vinculações extremamente rápidas, em três meses, onde o adolescente se vinculou, foi embora, e tudo está indo muito bem. Em contrapartida, há casos em que a vinculação dura até um ano. Portanto, embora haja um prazo determinado por lei, é uma questão muito subjetiva”*.

Em relação a essa questão, foram encontradas contribuições na literatura, como na pesquisa realizada por Sampaio e Magalhães (2023, p. 6), em que perceberam “que tanto a demora na concretização do processo quanto a tentativa de agilizá-lo impactaram a construção do vínculo parento-filial, gerando ansiedade e sentimento de desamparo”. Ainda no estudo de Sampaio e Magalhães (2023, p. 8), chegou-se ao seguinte questionamento, após entrevistas com pretendentes: “até que ponto seria possível assimilar toda a informação daquilo que pode não ir bem ou não ocorrer conforme o esperado?”

Para responder ao questionamento, concluem que isso será evidenciado após o início do período de convivência entre crianças/adolescentes e pretendentes, quando se inicia o encontro com o “filho(a) real”. E completam afirmando que, por isso, é de extrema importância o acompanhamento pós adoção, que é o momento em que se intensificam os conflitos entre expectativas e realidade, ou seja, entre o filho(a) idealizado e o filho(a) real.

Ainda sobre o tempo que uma criança passa em acolhimento, a psicóloga Valentina destacou que o tempo prolongado no serviço de acolhimento pode ser desafiador para as crianças, pois desenvolvem fortes vínculos com os cuidadores e consideram o local como sua casa, tornando a transição para uma nova família mais dolorosa. Mencionou que, no passado, o processo de adoção costumava ser mais ágil em casos de dependência química e reincidência dos pais, com a equipe buscando soluções para ajudar os pais superarem seus problemas de dependência e recuperar a guarda de seus filhos, envolvendo a rede de atendimento, principalmente de saúde mental. No entanto, a duração desse processo varia amplamente dependendo de cada caso específico.

Evidencia-se, para algumas técnicas, que o primeiro desafio é a demora no processo de destituição, o que pode resultar em casais esperando anos para serem chamados para a adoção e crianças/adolescentes também esperando por uma família. As técnicas compartilharam que esse período de espera muitas vezes torna o processo de adoção incompatível com a fase de vida do casal, afetando a dinâmica familiar e as expectativas. Além disso, a amplitude das expectativas sobre adoção, o desejo de adotar crianças de faixas etárias específicas e a busca por preencher lacunas emocionais podem tornar o processo mais complexo e demorado.

Outro desafio apontado e significativo é o comportamento das crianças após a adoção, que pode ser inesperado e desafiador para os pais adotivos. Ciúmes, comportamentos considerados inadequados e outras questões comportamentais podem levar à devolução da criança ao acolhimento, o que é emocionalmente desafiador para todas as partes envolvidas. A existência de um prazo de três meses para revisar casos de acolhimento é vista como benéfica para reduzir o tempo de permanência das crianças no sistema de acolhimento, embora seja reconhecido que nem sempre funciona da mesma forma em todos os casos, especialmente quando questões burocráticas, como a destituição do poder familiar, estão envolvidas. Além disso, alguns casos revelam a complexidade e a relatividade do tempo no processo, uma vez que as circunstâncias específicas de cada criança e família podem afetar a duração do acolhimento e do processo de adoção.

Outro assunto bastante delicado e importante, tratado pela participante Valentina, é sobre o acolhimento e adoção ligados à diversidade, principalmente quando se trata de crianças com deficiência. Ela relatou ter experiências positivas com casos notáveis, por exemplo, quando um casal homoafetivo adotou uma criança com várias deficiências, demonstrando amor e comprometimento profundos, independentemente das dificuldades. E ainda um outro caso vem relatado na seguinte fala:

*Outro caso foi o de uma professora que se voluntariou para adotar uma criança com múltiplas deficiências e enfrentou um processo especial de adoção devido às condições da criança. Quando ela procurou o fórum, não havia nenhum pretendente para as condições em que a criança se encontrava, então ela pôde se cadastrar naquele momento e se tornou a número um da fila. Ela se cadastrou, adotando uma criança há cerca de quatro anos.*

Diante desta fala, pode-se perceber o impacto no processo de adoção quando os pretendentes possuem o desejo genuíno de ser pais, colocando sua candidatura com um perfil mais amplo, como no caso da professora citada. Nesse sentido, pode-se constatar o impacto dessa abertura no perfil de adoção, como afirmado no estudo de Campanha-Araujo e Nascimento (2022).

Nas experiências compartilhadas pelas participantes Paula e Monique, destacaram-se desafios cruciais no complexo processo de adoção e no trabalho de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. A primeira participante ressalta a falta de informações sobre a família adotiva, a demora nos processos judiciais, a complexidade e burocracia dos procedimentos legais, bem como a idealização das mães por parte das crianças. Todos esses fatores podem corroborar para que a espera na fila de adoção pelos pretendentes seja estendida, no entanto, outros fatores também foram confirmados em um estudo realizado por Sampaio e Magalhães (2023), como a existência ou não de políticas públicas de proteção à infância no município, o que implicará na quantidade de crianças acolhidas.

O relato da Assistente Social Paula também enfatizou a necessidade de que as profissionais do acolhimento tenham uma maior autonomia e envolvimento no processo de adoção, desde seu início até a concretização, ou seja, desde o momento em que os pretendentes estão em contato com o fórum, para que possam realizar uma melhor preparação da criança ou adolescente:

*Nossa função se resume principalmente em identificar que a criança está disponível para adoção. O setor técnico e o judiciário são responsáveis por todo o processo de busca e intermediação com os pretendentes. Quando um pretendente está interessado em conhecer a criança, eles já tiveram contato com a*

*equipe do setor técnico, viram uma foto da criança e receberam informações. Nossa função principal não envolve fornecer essas informações. Isso limita consideravelmente nosso trabalho de preparação da criança, já que não temos muitos dados sobre a família adotiva, que muitas vezes é desconhecida para nós.*

Por fim, Paula descreveu a relação entre a instituição de acolhimento, a equipe técnica do judiciário e o processo de adoção de onde ela trabalha. Enfatizou a falta de envolvimento oficial da instituição de acolhimento na parte de adoção e a limitação do conhecimento sobre as crianças para aqueles que não convivem diretamente com elas, que são os técnicos do judiciário. Paula menciona que o termo “adoção” é visto como burocrático na instituição, indicando a complexidade e os trâmites regulamentares envolvidos nesse processo, enquanto o papel da instituição de acolhimento é resguardar e cumprir suas atribuições legais sem se envolver diretamente na área de adoção devido a essas atribuições específicas.

A participante Daiana, psicóloga, também apontou que o maior desafio é a falta de comunicação eficaz entre a equipe do EACA (Equipe de Acolhimento e Convivência para Adoção) e o judiciário, o que resultou em meses de espera sem contato ou reuniões. Além disso, a mudança de abordagem de um novo juiz, que transferiu a responsabilidade para os pais adotivos sem uma preparação adequada, trouxe dificuldades. A falta de sensibilidade de alguns profissionais no sistema de garantia dos direitos, incluindo a decisão do psicólogo do judiciário de pedir exoneração devido à condução inadequada nos processos, também foi um desafio evidente na vivência de Daiana. Embora tenha expressado solidão e desafios em seu trabalho, a participante ressaltou a importância de perseverar em prol do bem-estar das crianças e famílias atendidas, enfatizando que a adoção se trata do direito da criança de ter uma família e conhecer sua própria história de vida.

Sobre a falta de vínculo entre os adotantes e a equipe técnica, tanto do acolhimento quanto do judiciário, encontramos alguns estudos que abordam sobre a importância de construir a confiança com os avaliadores de adoção, sendo essencial para que os candidatos não vejam o processo como um obstáculo, uma vez que frequentemente precisam compartilhar experiências difíceis de seu passado (Silva *et al.*, 2020). Diante do exposto, as experiências compartilhadas nas entrevistas abordam diversos aspectos do processo de adoção, destacando desafios e potencialidades. A adoção tardia é apontada como desafiadora, devido às expectativas dos adotantes e à resistência dos adolescentes e crianças com mais de dois anos de idade, enquanto a adoção de bebês pode ser mais

tranquila quando há empatia instantânea. Casos envolvendo irmãos no acolhimento ressaltam a importância de manter vínculos familiares sempre que possível.

### *Repercussões do acolhimento na subjetividade das crianças e adolescentes*

Com relação às repercussões do acolhimento institucional na subjetividade de crianças e adolescentes, as participantes Larissa, Vanessa e Jade compartilharam que a experiência de acolhimento institucional e sua duração variável impactam profundamente na subjetividade das crianças e adolescentes envolvidos. Relataram que a falta de consistência e padronização nos processos de preparação de casais interessados em adoção, sendo observado diferentes abordagens de treinamento em comarcas distintas, pode afetar a qualidade da preparação destes pretendentes e potenciais futuros pais, corroborando para o processo de devolução de crianças e/ou adolescentes adotados.

Sobre o impacto nos aspectos emocionais das crianças institucionalizadas, a psicóloga Larissa relatou o seguinte: “[...] no Acolhimento é diferente, não tem o mesmo afeto que a família tem, essa proximidade, ficar mais no colo. Cada hora é uma pessoa que cuida, então isso faz muita diferença”. Nesse sentido, percebe-se a importância do afeto e da continuidade de cuidados em um ambiente familiar em contraste com o ambiente de acolhimento, que muitas vezes é mais impessoal, podendo afetar de forma significativa a criança. Vanessa, Assistente Social, também ressaltou impactos na subjetividade da criança relacionados ao funcionamento da instituição:

*[...] na Casa de Acolhimento, são várias pessoas, várias personalidades e, isso não faz bem. E até porque, ali é uma equipe técnica. Então, por mais que a gente dê atenção, que a gente dê cuidado, não é o carinho que uma família pode dar, então isso faz muita falta. [...] isso mexe na vida toda da criança né. Não é só na parte psicológica, mas até na parte física, no desenvolvimento de tudo. Então isso gera mais ansiedade na gente e nas crianças de ficarem tanto tempo, porque a gente sabe que é prejudicial.*

Percebe-se que os relatos das psicólogas Daiana e Monique oferecem insights sobre os impactos do acolhimento institucional na subjetividade das crianças, destacando aspectos emocionais e psicológicos importantes a serem considerados. E uma das perspectivas levantadas por Daiana é a demora no processo de adoção, que pode ter consequências profundas na vida das crianças em acolhimento. Como mencionado, algumas crianças passam anos nesse ambiente, sem o contato frequente com uma família. Essa incerteza quanto ao futuro e a ausência de uma ligação familiar sólida podem gerar sentimentos de ansiedade, frustração e confusão nas crianças. Sua subjetividade é através-

sada pela espera constante e pela sensação de que sua vida está suspensa, o que pode impactar seu desenvolvimento emocional.

Sobre os impactos da instituição de acolhimento nos aspectos subjetivos das crianças, estudos como os de Siqueira e Dell'Aglio (2006) e Lemos, Gechele e Andrade (2017) reconhecem em seus resultados as dificuldades que podem surgir em contextos desafiadores, como a vivência em instituições de acolhimento, e a importância de criar ambientes propícios ao desenvolvimento de vínculos afetivos. A necessidade de considerar o contexto familiar, a qualidade da assistência, garantir que cuidadores recebam apoio e que as instituições estejam integradas a uma rede de suporte emocional e social para promover o crescimento saudável de crianças e adolescentes em circunstâncias desafiadoras.

Com relação à vivência institucional, Siqueira e Dell'Aglio (2006) abordam que alguns estudos apontam prejuízos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, enquanto outros indicam que a instituição pode ser uma alternativa positiva, especialmente quando o ambiente familiar é disfuncional. O texto também ressalta que após o surgimento do ECA, refletiu-se a busca por melhor condições de trabalho das equipes nas instituições e integrar essas instituições à rede de apoio social e afetivo para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Lemos, Gechele e Andrade (2017) destacam as dificuldades que podem prejudicar o estabelecimento de vínculos afetivos, como a escassez de atividades que promovam a interação entre as crianças ou adolescentes, o excesso de atividades domésticas e a falta de preparação das mães sociais para desempenhar seu papel. Porém, o estudo também enfatiza que, apesar dessas dificuldades, é possível a formação de vínculos afetivos nesse contexto. Para a criança, ter um olhar voltado para seu desenvolvimento e necessidades, se faz crucial, fato contemplado na fala da Assistente Social Paula, que completou dizendo "A gente não pode ficar só na seara do olhar o processo, eu acho que a gente precisa olhar mais a criança e não o processo família. O último interesse na minha perspectiva, é o melhor interesse da criança, que deveria ser o primeiro."

### *Apontamentos em relação ao processo de habilitação de pessoas e/ou casais*

As análises a seguir abordaram aspectos fundamentais do processo de habilitação de pessoas ou casais para adoção, revelando que a adoção é uma jornada complexa e variável, com múltiplos fatores a serem considerados. Uma observação recorrente que a psicóloga Larissa trouxe é a diversidade das abordagens adotadas em diferentes

regiões ou comarcas na habilitação de casais para adoção: “Nós estávamos fazendo uma capacitação sobre adoção e eles falavam que, por exemplo, os casais têm que passar pelos grupos, porém, tem lugares que acontece apenas um encontro, tem lugares que são 3 e varia, então muda muito isso”.

Quanto ao acesso a cursos preparatórios para casais, Barros, Ribeiro e Souza (2021) apontam em seus estudos que existe, de fato, uma desigualdade no acesso a recursos de preparação para a adoção, dependendo da região geográfica. Assim, os pais que não têm acesso a cursos preparatórios acabam buscando informações e orientações por conta própria, através de recursos disponíveis na internet, como livros, artigos e vídeos, o que se apresenta como uma maneira de equilibrar as chances de sucesso na adoção entre famílias bem-preparadas e aquelas que não tiveram acesso a treinamento formal.

A Assistente Social Vanessa enfatizou a importância de uma preparação mais sólida para os candidatos à adoção, a fim de desconstruir a noção simplista de que adotar se resume a um ato benevolente. Paula destacou várias preocupações relacionadas ao processo de habilitação de pessoas ou casais para adoção. Apontou que esse processo, muitas vezes, é realizado de forma superficial e inadequado, não atendendo adequadamente às necessidades e complexidades da adoção. Muitos casais que desejam adotar começam com expectativas elevadas, que geralmente diminuem à medida que compreendem as complexidades e desafios envolvidos na adoção. Além disso, destacou que a revisão protocolar de cadastros é comum, mas falta acompanhamento contínuo para apoiar os casais ao longo de sua jornada de espera até a adoção. As participantes Valentina e Paula ressaltaram a importância de projetos que ofereçam apoio contínuo à preparação dos casais, reconhecendo que a adoção é uma jornada em constante evolução.

Uma das principais preocupações apontadas pela Psicóloga Paula foi a aparente superficialidade do processo de habilitação, que muitas vezes não consegue atender adequadamente às necessidades e complexidades envolvidas na adoção. Muitos futuros pais adotivos iniciam essa jornada com expectativas elevadas, que frequentemente são reduzidas à medida que compreendem os desafios que podem enfrentar. Esse processo, por vezes, carece de um apoio contínuo na preparação dos casais.

Além disso, as técnicas enfatizaram a importância de os casais manterem uma postura de abertura ao longo do processo de adoção. Preferências iniciais por bebês podem se transformar quando casais são apresentados a crianças com mais de dois anos de idade ou com necessidades especiais. Flexibilidade e sensibilidade a essas mudanças são fundamentais para garantir a compatibilidade entre pais adotivos e crianças.

Sobre os critérios de adoção, o estudo de Barros, Ribeiro e Souza (2021) contribui para a reflexão a partir da experiência de um casal em preparação para adoção, que considerou os grupos de apoio à adoção como recursos valiosos para o processo de adoção. Isso se deve ao fato de que esses grupos forneceram informações que auxiliam a família a compreender as complexidades da adoção, além de permitir que compartilhem suas preocupações e receios. Isso tornou os desafios envolvidos no processo de adoção uma parte mais natural e gerenciável da experiência.

De acordo com Silva *et al.* (2020), existe uma determinação contida no ECA em relação ao processo de habilitação para adoção, ou seja, dizendo que, obrigatoriamente, aqueles que desejam ser pais pela via da adoção devem passar por ele. No entanto, não existe uma orientação criteriosa sobre como o processo deve ocorrer. E isto nos leva a fazer uma ligação com o que foi trazido pela Psicóloga Larissa, que enfatizou que o processo de habilitação é bastante diverso, de acordo com a comarca, sendo que em cada uma existe um número de reuniões, podendo até ser uma única reunião em alguns casos. Além disso, vale destacar que essa contribuição da literatura também corroborou com a fala da Psicóloga Paula, que relatou se preocupar pelo fato de o processo ser algo bastante superficial, que não abrange a complexidade do que é uma adoção.

### *A atuação em casos de devolução de crianças e adolescentes*

As Assistentes Sociais Vanessa e Jade compartilharam suas perspectivas sobre a questão da devolução de crianças e adolescentes em contextos de adoção e acolhimento, pois afirmaram não ter vivenciado casos de devolução durante suas carreiras. Vanessa observou que, embora não tenha lidado diretamente com devoluções, está envolvida em casos em que adolescentes retornam ao sistema de acolhimento após uma aproximação com suas famílias extensas, em vez de adoções. Destacou a importância de o técnico considerar as complexas dinâmicas familiares e os laços de parentesco ao buscar soluções que não envolvam a adoção.

Jade atribui sua falta de experiência com casos de devolução a uma autonomia técnica que pôde exercer em sua instituição. Destacou a importância da capacitação e da independência profissional na prevenção de devoluções. A capacidade de tomar decisões técnicas e trabalhar de forma autônoma, juntamente com uma abordagem sensível às necessidades das crianças e famílias, desempenhou um papel fundamental na manutenção da estabilidade das adoções e acolhimentos em que esteve envolvida.

A psicóloga Larissa contribui para a discussão enfatizando a necessidade de estudar e padronizar abordagens de habilitação de acordo com as diferentes regiões do Brasil. Ela destacou a importância da preparação adequada dos pretendentes à adoção como um meio de reduzir as chances de devolução. Larissa também enfatiza a necessidade de uma equipe interdisciplinar, incluindo psicólogos e assistentes sociais, para alinhar as expectativas dos adotantes com a realidade da adoção e fornecer apoio psicológico. Essa opinião fica explícita em sua fala:

*Eu acho que deveria ser melhor estudado e padronizado, porque necessita ter esse arcabouço técnico mesmo, porque senão cada um fica de um jeito. Eu acho que realmente precisa desse trabalho, principalmente quando aceitam crianças mais velhas e adolescentes, para que não haja devolução, porque você estando melhor preparado eu acho que diminui as chances de ter as devoluções.*

Em resumo, as perspectivas de Vanessa, Jade e Larissa ressaltaram a complexidade da questão das devoluções em casos de acolhimento e adoção. Elas demonstraram que a prevenção de devoluções requer abordagens variadas, considerando fatores como relações familiares, autonomia profissional e preparação adequada. Cada perspectiva contribui para uma compreensão mais completa dessa questão sensível e desafiadora.

A abordagem da psicóloga Paula e da psicóloga Monique traz luz a uma realidade dolorosa e complexa envolvendo a devolução de crianças e adolescentes em adoções. Paula enfatizou que a devolução é um assunto crítico e angustiante, baseada em sua experiência acompanhando vários casos dessa natureza. Ela chamou atenção para a frequência com que essa situação ocorre, especialmente na vida das crianças com mais de dois anos de idade (referidas como “mais velhas”), causando impactos profundos. Nesse sentido, Paula deixou clara a sua angústia:

*Ele está adotando uma criança que passou por várias vulnerabilidades e que, se não fosse por isso, não estaria aqui. [...] Eu sinto dizer, mas às vezes, em alguns casos, quando uma criança é adotada por outra família, isso gera angústia. Você pensa, que família virá? E será que essa família está preparada para lidar com todas as necessidades dessa criança? O que costumava ser visto como uma oportunidade para a criança ser cuidada e desejada está se transformando em algo diferente. Como será essa nova família? E ainda há o medo de que eles possam devolver a criança.*

Um dos pontos críticos destacados por Paula é a influência das expectativas equivocadas dos pais adotivos na decisão de devolver uma criança. Muitos esperam que seus filhos adotivos sejam “perfeitos, sem traumas ou cicatrizes emocionais”. Paula en-

fatizou a importância de reconhecer que, mesmo bebês, têm suas próprias histórias e vulnerabilidades, e essas devem ser compreendidas e respeitadas. Além disso, ressaltou a importância da preparação e conscientização das famílias adotantes. Algumas delas podem não estar adequadamente preparadas para lidar com as necessidades especiais das crianças adotadas. As ilusões e expectativas frequentemente não correspondem à realidade dos perfis das crianças disponíveis para adoção.

Paula compartilhou um relato doloroso de uma família que devolveu uma criança após nove anos de convivência, destacando a ausência de penalidades legais nesses casos. Como medida de apoio, a instituição em que atua se esforça para minimizar os impactos emocionais causados nas crianças, avaliando a pertinência das interações e encaminhando crianças para psicoterapia quando necessário. O objetivo principal é fornecer cuidado e apoio às crianças, reconhecendo a dolorosa realidade da devolução.

Por outro lado, Monique enfatizou a necessidade de compreender as consequências da devolução de crianças adotadas. Ela observa que, após a devolução, a instituição oferece a possibilidade de solicitar pensão, embora não haja sanções legais contra a família adotiva. Entretanto, Monique destacou as dificuldades relacionadas ao atendimento psicológico pós-devolução, devido à escassez de profissionais na rede de saúde mental. Ela também ressaltou que levar a criança para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) pode resultar em diagnósticos inadequados.

Ambas as perspectivas evidenciam a complexidade da devolução de adoção e a necessidade de abordagens sensíveis e individualizadas. Ambas as profissionais destacaram a importância de compreender as necessidades e vulnerabilidades das crianças adotadas e de preparar adequadamente as famílias adotantes para os desafios que podem surgir nesse processo. Além disso, reconheceram a importância de apoiar emocionalmente as crianças após a devolução e respeitar a singularidade de cada caso. É evidente que a devolução é um tema doloroso e angustiante que requer atenção cuidadosa e compreensão profunda (Rossato *et al.*, 2023).

Já a psicóloga Valentina ressaltou que, em muitos casos, a devolução ocorre quando os pais adotivos enfrentam mudanças significativas em suas vidas que podem não ter sido previstas quando se cadastraram para adotar. Essas mudanças podem afetar a dinâmica da família e, em alguns casos, levar à decisão de devolver a criança. Ela destacou que as mudanças na relação dos pais adotivos, como divórcios ou outros eventos significativos, também podem desencadear a devolução. A pressão na criança por responder às expectativas da família adotiva e a falta de compreensão dos pais sobre os desafios envolvidos na adoção podem ser fatores determinantes. Valentina também

sugeriu medidas para lidar com a devolução, como a possibilidade de exigir que os pais adotivos que devolvem uma criança, paguem pela terapia da criança, já que a devolução pode causar instabilidade emocional e traumas. Ela argumentou que uma lei poderia ser implementada para conscientizar os adultos sobre os desafios da adoção antes de seguir adiante com o processo, contribuindo assim para minimizar as devoluções.

A psicóloga Daiana ofereceu uma perspectiva valiosa sobre a prevenção de devoluções em casos de adoção, apesar de não ter vivenciado diretamente esses processos. Ela destacou a importância de reorganizar o processo de acompanhamento e preparação, visando reduzir a alta incidência de devoluções. Ressaltou que um ponto crucial é a avaliação cuidadosa dos candidatos à adoção, iniciando com a pergunta fundamental: “Por que eu quero adotar?” Essa reflexão é essencial para garantir que os futuros pais estejam preparados para as complexidades envolvidas na adoção (Cecílio; Scorsolini-Comin, 2018). Uma das principais preocupações de Daiana é a incompatibilidade entre a realidade da criança adotada e as expectativas dos pais adotivos, que muitas vezes é um fator contribuinte para as devoluções. Ela enfatizou que é fundamental reconhecer que as crianças adotadas têm histórias de vida, personalidades e desejos próprios, e a preparação deve incluir a reflexão profunda sobre as motivações dos pais adotivos. Além disso, Daiana destacou a necessidade de fornecer apoio contínuo aos pais adotivos após a adoção, para ajudá-los a enfrentar os desafios da parentalidade. Advertiu a visão da adoção como uma solução para preencher vazios emocionais nos pais adotivos, enfatizando que isso pode levar a expectativas não realistas e, por fim, há rupturas nos vínculos familiares.

Daiana também chamou a atenção para o fato de que nem todas as crianças destituídas de suas famílias biológicas foram abandonadas; suas histórias de vida são frequentemente complexas e podem desencadear a destituição do poder familiar. Portanto, é fundamental que o acompanhamento seja cuidadoso e subjetivo, levando em consideração a complexidade das circunstâncias envolvidas. Por fim, ela destacou a importância da preparação, avaliação e apoio adequados, bem como da sensibilidade dos profissionais em lidar com as singularidades de cada caso de adoção. Suas observações ressaltaram a complexidade das histórias de vida e das relações familiares envolvidas nesse processo, destacando a necessidade de um enfoque holístico e individualizado na prevenção de devoluções.

As técnicas entrevistadas destacaram a necessidade de preparação adequada dos pais adotivos, enfatizando a importância de expectativas realistas, apoio contínuo após a adoção e abordagens sensíveis às singularidades de cada caso para prevenir devoluções

após adoção. A reflexão sobre as motivações para a adoção e o reconhecimento das complexidades envolvidas são cruciais. A sensibilidade e a autonomia técnica também desempenham um papel fundamental. Contudo, a prevenção de devoluções exige uma abordagem abrangente e personalizada, com o foco principal no bem-estar das crianças adotadas.

O momento de preparação para adoção deve se assemelhar ao momento de espera por um filho biológico, momento em que são geradas expectativas, busca-se formas de assimilar o lugar afetivo que esse filho irá ocupar. Os esforços dos pretendentes devem ir além de apenas aspectos jurídicos, mas também os aspectos psicológicos e físicos que a chegada de um filho demanda. Além disso, é importante salientar que a intencionalidade na adoção não deve ser de origem caritativa ou incapacidade de uma geração por vias biológicas (Rossato; Falcke, 2017). Diante dessas contribuições, é possível compreender que o processo de preparação para adoção deva conter recursos para abranger todas essas demandas que a adoção apresenta, para que os casos de devolução pós adoção sejam excluídos ou ao menos amenizados.

## **Considerações finais**

Com relação às perspectivas das participantes sobre os desafios e potencialidades no processo de adoção, foram destacadas as dificuldades da adoção de crianças com mais de dois anos de idade, em que as expectativas dos adotantes e as resistências dos mais velhos podem criar desafios significativos, embora a motivação genuína para a adoção é ressaltada como essencial, evitando motivações baseadas em caridade ou idealização. As relações entre irmãos e as complexas dinâmicas familiares foram também reconhecidas como pontos críticos, bem como a importância de lidar com as expectativas irreais dos adotantes.

Outro ponto destacado foi a diversidade na adoção, incluindo crianças com deficiência, que foi uma experiência considerada positiva, embora desafios burocráticos e a falta de informações sobre as famílias adotivas sejam mencionados. A necessidade de sensibilidade dos profissionais envolvidos foi destacada, com ênfase na importância de priorizar o bem-estar das crianças e famílias. A reflexão sobre o tempo que as crianças passam em acolhimento destaca a complexidade do processo e a importância de considerar a individualidade de cada caso. Por fim, a existência de um prazo para revisão dos casos de acolhimento foi considerada benéfica, mas não uma solução única, enfatizando

a necessidade de abordar cada situação de forma flexível e sensível, com foco no bem-estar da criança em busca de um lar amoroso e estável.

Já a experiência de acolhimento institucional e sua variável duração foram apontadas como impactantes na subjetividade de crianças e nos adolescentes, afetando sua saúde emocional e psicológica. A falta de padronização nos processos de preparação de casais interessados em adoção pode comprometer a qualidade da preparação e contribuir para devoluções de crianças adotadas. A ausência de afeto e continuidade de cuidados no ambiente institucional afeta o desenvolvimento emocional das crianças, deixando-as ansiosas e emocionalmente fragilizadas. Além disso, a demora no processo de adoção, a incerteza sobre o futuro e a falta de uma ligação familiar sólida moldam a subjetividade das crianças em acolhimento. O desafio pós-adoção, incluindo a possibilidade de retorno ao sistema de acolhimento, pode gerar sentimentos de rejeição e insegurança, afetando a autoestima e a identidade das crianças.

As perspectivas das profissionais que trabalham com adoção destacam a importância de uma preparação adequada dos pais adotivos, com ênfase na necessidade de uma reflexão profunda sobre suas motivações e na preparação para as complexidades envolvidas na adoção. A compreensão das histórias e traumas das crianças adotadas é considerada crucial, assim como a adaptação para expectativas realistas, visto que expectativas irreais muitas vezes resultam em devoluções. Além disso, foi ressaltada a necessidade de apoio contínuo para os pais adotivos após a adoção, incluindo assistência psicológica e orientação para lidar com as necessidades específicas das crianças adotadas.

As participantes enfatizaram a complexidade do processo de habilitação para adoção, ressaltando a necessidade de uma análise crítica devido às variações regionais e à falta de padronização. A igualdade de oportunidades e uma melhor capacitação para todos os candidatos são consideradas cruciais, especialmente devido à desigualdade no acesso a recursos de preparação. A preparação sólida e realista dos futuros pais adotivos é vista como essencial, dada a superficialidade e inadequação do processo atual, que muitas vezes cria expectativas iniciais elevadas que diminuem à medida que os desafios da adoção são compreendidos. A flexibilidade e a sensibilidade dos candidatos são destacadas, uma vez que suas preferências iniciais podem mudar ao conhecerem diferentes crianças.

As profissionais destacaram, ainda, a importância da sensibilidade e autonomia técnica, reconhecendo a singularidade de cada caso e a complexidade das histórias de vida das crianças adotadas, que, muitas vezes, envolvem negligências, rejeição e violência.

Conscientização sobre os desafios da adoção, padronização de processos em diferentes regiões e colaboração interprofissional foram destacados como elementos-chave na redução das devoluções e no fornecimento de apoio psicológico às crianças e famílias envolvidas.

Diante das entrevistas e da literatura científica no campo do acolhimento institucional, uma lacuna observada foi a não integração das perspectivas trazidas pelas profissionais com a das famílias e das crianças e adolescentes envolvidos. Uma análise capaz de integrar essas diferentes vozes, posicionamentos e perspectivas pode contribuir para avanços na área, permitindo que diferentes inteligibilidades, em diálogo, possam responder aos desafios no campo da adoção e do acolhimento. A complexidade dessa triangulação deve ser cotejada em estudos vindouros, sobretudo por meio de uma análise que abarque, de fato, a complexidade dessas relações e desses atravessamentos.

## Referências

BARROS, J.; RIBEIRO, P. W.; SOUZA, L. F. Os aspectos psicológicos da criança e do adolescente na adoção tardia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 41, n. spe3, p. 1-13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215129>.

BORGES, C. A. P.; SCORSOLINI-COMIN, F. As adoções necessárias no contexto brasileiro: características, desafios e visibilidade. *Psico-USF*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 307-320, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250209>.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 135, p. 1-80, 16 jul. 1990. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 7 fev. 2026.

BRASIL. *Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm). Acesso em: 6 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 154, p. 1-112, 23 nov. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm). Acesso em: 6 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens*. Brasília, DF: MDS, dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>. Acesso em: 6 fev. 2026.

CAMPANHA-ARAÚJO, I. C.; NASCIMENTO, C. R. R. A construção do projeto adotivo em uma via de mão dupla. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 27, p. 1-13, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v27i0.48853>.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: revisão da literatura. *Psico-USF*, Itatiba, v. 23, p. 497-511, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230309>.

LEMOS, S. C. A.; GECELE, H. H. L.; ANDRADE, J. V. Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: um estudo de campo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 33, e3334, 2017. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3334>.

LIMA, M. P. A criança em instituições de acolhimento: o que dizem as pesquisas científicas. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 23, n. 3, p. 271-281, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20180026>.

PAULA, L. R.; BATTISTELLI, P. B. M.; CRUZ, L. R. Narrativas ficcionais e interseccionais no acolhimento institucional de crianças e adolescentes. *Quaderns de Psicologia*, Barcelona, v. 24, n. 1, p. 1-17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1639>.

ROCHA, I. S.; HUEB, M. F. D.; SCORSOLINI-COMIN, F. A vida (in)dizível: a escuta ativa de crianças em acolhimento institucional. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 125-151, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.07>.

ROSSATO, J. G.; FALCKE, D. Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. *Revista da SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 128-139, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v18n1/v18n1a10.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2026.

ROSSATO, J. G.; OLIVEIRA, E. L.; RAMIRES, V. R. R.; FALCKE, D. Dissolução da adoção na perspectiva de profissionais. *Subjetividades*, Fortaleza, v. 23, p. 1-12, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v23i3.e13095>.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S. Temporalidade no estabelecimento do vínculo parento-filial em adoções malsucedidas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 43, p. 1-23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003247866>.

SANTOS, K. R. D.; CECILIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Entre a legislação, a experiência e a subjetividade: a adoção para profissionais do Sistema de Justiça. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 24, n. 1, p. 272-289, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2021v24n1p272>.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>.

SILVA, P. S.; SCHWOCHOW, M. S.; RESMINI, G. F.; FRIZZO, G. B. Critérios para habilitação à adoção segundo técnicos judiciários. *Psico-USF*, Itatiba, v. 25, n. 4, p. 603-612, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413/82712020250401>.

SOUSA, W. G. *Adoção de irmãos: desafios e possibilidades*. Brasília, DF: TJDF, 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2018/adocao-de-irmaos-desafios-e-possibilidades>. Acesso em: 6 fev. 2026.

SOUZA, M. L. N.; BRITO, L. M. T.; MONTEIRO, C. A. S. Adoção como solução: o cenário atual no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 41, n. spe3, p. 1- 14, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190115>.

Recebido em: 18 de fevereiro de 2025

Aprovado em: 07 de fevereiro de 2026